

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM CUMARI (GO): QUESTÕES PARA REFLEXÃO

SILVA, Siza Bete – UFG/Catalão - sizabete@hotmail.com

LIMA, João Donizete - UFG/CAC – autor@meuemail.com.br

ET: Educação, arte, filosofia / nº 01

Agência financiadora: CAPES

Na atualidade os resíduos sólidos urbanos tornaram-se um grave problema ambiental urbano, social e de saúde pública, o que se reflete nas discussões atuais entre a academia, os gestores, os políticos e a sociedade com o intuito de reverter ou amenizar o quadro atual.

Os problemas relacionados aos resíduos sólidos tendem a se agravarem à medida que o crescimento populacional, o desenvolvimento tecnológico, a produção e o consumo conduzem a produção crescente de resíduos sólidos cada vez mais complexos e perigosos agravados pela falta de gerenciamento da questão.

É inegável a importância dos estudos sobre resíduos sólidos no contexto da educação ambiental, pois, exerce um papel importante na gestão e no gerenciamento adequado e sustentável dos resíduos sólidos urbanos, devendo ser utilizada como instrumento que possibilita a reflexão no processo de mudança de atitudes no que refere-se ao correto descarte dos resíduos sólidos urbanos e à valorização do meio ambiente.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a problemática dos resíduos sólidos urbanos e diagnosticar ações em educação ambiental no município de Cumari (GO). A metodologia da pesquisa constitui-se das seguintes etapas: pesquisa teórica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Para contemplar as propostas da pesquisa, a fundamentação teórico-conceitual será feita a partir da legislação pertinente a nível nacional, estadual e municipal, tendo como autores que alicerçam a temática: D'Almeida et. al (2000), Berrios (2001), (PELICIONI, 2005), entre outros.

A produção de resíduos sólidos é resultado das ações cotidianas que acompanham o homem desde a antiguidade. Desde os tempos primitivos, o homem

produz resíduos sob diferentes formas, oriundos da apropriação da natureza para satisfazer suas necessidades. (BERRÍOS, 1993, p. 12).

Os resíduos sólidos evidenciam-se como um dos grandes problemas da humanidade à medida que o homem fixa-se e aglomera-se em centros urbanos. Uma vez reunidos em grupos maiores e fixos em lugares que se transformam em centros populacionais produtores de grandes quantidades e variedades de resíduos, a convivência com o lixo e as conseqüências decorrentes deste fato passaram a ser inevitáveis. SISSIANO (2000, p. 20).

Com o processo de urbanização aliado aos novos padrões de consumo da sociedade industrial, a produção de resíduos cresceu continuamente em ritmo superior à capacidade de absorção da natureza, tornando-se um dos problemas enfrentados pelos gestores administrativos.

O consumismo impõe à sociedade o uso e descarte constante de produtos que ainda podem ser aproveitados, mas que, pela própria lógica de mercados são induzidos ao descarte. Layrargues salienta que:

Hoje, mesmo que um determinado produto ainda esteja dentro do prazo da sua vida útil, do ponto de vista funcional, simbolicamente já está ultrapassado. A moda e a propaganda provocam um verdadeiro desvio da função primária dos produtos. Ocorre que a obsolescência planejada e a descartabilidade são hoje elementos vitais para o modo de produção capitalista, por isso encontram-se presentes tanto no plano material como no simbólico (LAYRARGUES, 2005, p. 184).

Existem diversas maneiras de definir os resíduos sólidos. De acordo com a Norma Brasileira Registrada (NBR) 10.004 de 2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), resíduos sólidos são:

Resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, domiciliar, hospitalar, comercial, agrícola de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos, cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível (ABNT NBR 10004:2004, p.01).

Para a NBR 10.004 da ABNT (2004), são várias as maneiras de se classificar os resíduos sólidos. As mais comuns são quanto aos riscos potenciais de contaminação do meio ambiente. Os resíduos são classificados em: a) Resíduos Classe I – perigosos: em função de suas características de inflamabilidade,

corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade, podem apresentar riscos à saúde pública e ao meio ambiente. b) Resíduos Classe II – Não perigosos: Resíduos Classe II A – Não inertes e Resíduos Classe II B – Inertes.

E quanto a natureza de origem os resíduos são classificados em: lixo doméstico ou residual, comercial, público, domiciliar especial e lixo de fonte especiais. As características do lixo podem variar em função de aspectos sociais, econômicos, culturais, geográficos e climáticos. Podem ser classificados quanto às características físicas, biológicas e químicas (ABNT, 2004).

É necessário gerenciar o manejo de resíduos sólidos, pois, à medida que são produzidos e consumidos, acarretam uma geração cada vez maior de resíduos os quais coletados ou dispostos inadequadamente trazem significativos impactos sociais, a saúde pública e ao meio ambiente.

Diante da grave problemática quanto à Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil, desde sua produção, coleta e disposição final observa-se que a gestão dos resíduos sólidos não tem merecido a atenção necessária por parte do poder público.

Nesse sentido, as políticas públicas surgem como alternativas na solução dos problemas, que envolvem a geração, coleta e disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Nesse aspecto ressalta A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal Nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto Federal Nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, dispõe sobre a gestão integrada e o gerenciamento dos resíduos sólidos, estabelece um marco histórico da gestão ambiental. Tem como princípio a responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e população. Espera-se que essa nova Política Nacional promova mudanças no cenário dos resíduos sólidos urbanos no país.

Nesse contexto, o município de Cumari (GO) não se diferencia da realidade das demais cidades do Brasil e do estado de Goiás. A problemática dos resíduos sólidos urbanos é, sem dúvida, um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo poder público municipal, uma vez que é de sua inteira responsabilidade a gestão dos resíduos sólidos domiciliares.

O município de Cumari (GO) localiza-se na porção Sudeste do Estado de Goiás, fazendo parte da Microrregião de Catalão. O município possui uma área territorial de 579,88 Km² e uma população de 2.964 habitantes. (IBGE, 2010).

Os resíduos sólidos urbanos, constituem-se em um dos grandes problemas e também um desafio para a administração municipal de Cumari (GO). As atividades básicas de manejo dos resíduos sólidos: acondicionamento, coleta, transporte e demais serviços ligados à limpeza pública são realizados de forma muito precária, não obedecendo às normas legais existentes.

A área de disposição final dos resíduos sólidos urbanos no município recebe a denominação de aterro controlado, instalado em uma área distante 3 km do centro da cidade e funciona sem licenciamento ambiental, não obedecendo as normas legais vigentes.

O município de Cumari (GO) não apresenta em seu quadro normativo ou em seu programa de governo políticas públicas direcionadas aos resíduos sólidos urbanos. Destaca-se a importância da implantação de políticas públicas e da implantação de um programa de educação ambiental voltados para os resíduos sólidos urbanos no município envolvendo escolas, gestores públicos, ministério público, enfim, toda a sociedade, buscando garantir às gerações futuras as mesmas condições de vida atuais, através do compartilhamento de responsabilidades e conscientização de que o conjunto dessas ações resulta na utilização adequada dos recursos naturais e na qualidade do meio ambiente urbano.

Assim, recomenda-se a implantação de um programa de educação ambiental que deva ser um processo contínuo e permanente na cidade envolvendo toda a sociedade; campanhas informativas, explicando as condutas corretas quanto ao manejo dos resíduos sólidos desde o acondicionamento até a disposição final de acordo com a legislação vigente, sobre os cuidados com o desperdício e da questão do consumo exacerbado no atual modo de produção.

A educação ambiental, além de ser um processo de mudança e de formação de valores, bem como de preparo para o exercício da cidadania, constitui-se em um conjunto de idéias contrárias às prevalentes no sistema social atual, contrárias às de egoísmo e de individualismo a favor da transformação social com ética, com justiça social e com democracia. É uma luta em prol de novas idéias e de valores éticos, em que deve prevalecer a melhoria da qualidade de vida para todos. (PELICIONI, 2005).

Os programas e projetos de educação escolar devem proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades importantes para a preservação e a qualidade ambiental. É de grande importância investir na base, pois, através das

crianças será possível sensibilizar os adultos, formando cidadãos com consciência ambiental e atitudes corretas. Wolf (2007) ressalta a importância da educação ambiental ao afirmar:

Uma das formas de começar a mudar o cenário do futuro dos nossos filhos e netos seria começando a trabalhar com a educação Ambiental desde a educação infantil, com o intuito de formar cidadãos conscientes dos valores ambientais [...] a Educação Ambiental é um instrumento poderoso e capaz de fornecer as condições necessárias, na escola, para que sejam estabelecidas novas relações com o meio ambiente.

Acredita-se em uma Educação Ambiental que não tenha uma visão limitada. Pois, atualmente, observa-se que a Educação Ambiental está sendo trabalhada nas escolas apenas delimitando uma determinada problemática. No entanto, deve ser um processo permanente e contínuo, formando atitudes que predisponham à ação e visando a formação de cidadãos conscientes, críticos, reflexivos.

Evidencia-se o papel da Educação Ambiental envolvendo toda a sociedade, através de um trabalho de sensibilização, conscientização e mobilização em torno da temática. Silveira (2003, p. 93) ressalta que “o primeiro passo, a sensibilização, é de importância vital na educação ambiental como em qualquer processo educacional, pois condiciona às demais fases”.

Faz-se necessário repensar a situação atual referente aos resíduos sólidos, visando o uso sustentável dos recursos naturais e conseqüentemente buscando satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Para isso ocorrer é necessário a mudança de hábitos e atitudes que se encontram arraigados na sociedade consumista na qual vivemos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

D'ALMEIDA, Maria Luisa Otero; VILHENA, André. **Lixo municipal**: Manual de gerenciamento integrado, 2 ed. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.

SISSINO, C.L.S.; OLIVEIRA, M. R. (Org), **Resíduos sólidos, ambiente e saúde**: uma visão multidisciplinar, 20. Ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, p. 142.

PELICIONI, M.C.F. Educação Ambiental: evolução e conceitos. In: PHILIPPI JR. A. **Saneamento, Saúde e Ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005.